

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2020, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a DTVM apresentou um lucro de R\$ 24.318 mil, correspondente a R\$ 486,36 por ação, sendo que no primeiro semestre de 2019 apresentou lucro de R\$ 31.661 mil. Em 30 de junho de 2020 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 8.625,52, um aumento de 5,98% em relação ao exercício anterior. O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19 e seus desdobramentos econômicos e sociais. Apesar do cenário imposto pela pandemia, o JP Morgan manteve as suas atividades sem impactos financeiros significativos. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por quatro membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 2 de setembro de 2020.

São Paulo, 2 de setembro de 2020 **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho		Passivo	Nota	Junho	
		2020	2019			2020	2019
Circulante		919.276	996.758	Circulante		490.838	929.314
Caixa e equivalentes de caixa	4	571.075	990.693	Outras obrigações	7	490.838	929.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	342.466	-	Outras obrigações fiscais		14.144	27.814
Aplicações em depósitos interfinanceiros		342.466	-	Negociação e intermediação de valores		471.635	896.803
Outros créditos		5.613	5.927	Diversas		5.059	4.697
Rendas a receber		5.007	5.530	Não Circulante		25.406	25.320
Diversos	6	606	397	Outras obrigações	7	25.406	25.320
Outros valores e bens		122	138	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais		25.311	25.104
Despesas antecipadas		122	138	Diversas		95	216
Não Circulante		28.244	364.834	Patrimônio líquido	9	431.276	406.958
Realizável a longo prazo		27.946	364.493	Capital social		274.104	274.104
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	336.532	De domiciliados no país		274.104	274.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	336.532	Reservas de capital		2.584	2.584
Outros créditos	6	27.946	27.961	Reservas de lucros		131.486	130.270
Créditos tributários		1.812	2.040	Lucros acumulados		23.102	-
Diversos		26.134	25.921				
Investimentos		1	1				
Outros investimentos		1	1				
Imobilizado		297	340				
Outras imobilizações de uso		852	852				
(Depreciações acumuladas)		(555)	(512)				
Total do ativo		947.520	1.361.592	Total do passivo e patrimônio líquido		947.520	1.361.592

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenção para investimento	Legal	Estatutária	acumulados		
Em 31 de dezembro de 2018	274.104	2.584	26.156	51.109	-	-	353.953
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	31.661	31.661	31.661
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	31.661	31.661	31.661
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Destinações							
Reserva legal	-	-	1.583	-	(1.583)	-	-
Em 30 de junho de 2019	274.104	2.584	27.739	51.109	30.078	-	385.614
Em 31 de dezembro de 2019	274.104	2.584	29.806	100.464	-	-	406.958
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	24.318	24.318	24.318
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	24.318	24.318	24.318
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Destinações							
Reserva legal	-	-	1.216	-	(1.216)	-	-
Em 30 de junho de 2020	274.104	2.584	31.022	100.464	23.102	-	431.276

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade por ações e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 - São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 2 de setembro de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.720, do CMN, e a Circular nº 3.959, do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2020. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/inforeg/demonstracoescontabeis).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(c) Imobilizado - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535, do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta-Circular nº 3.429, do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Ativo e passivo fiscais diferentes referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, 30 de junho de 2020: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

(h) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

4. Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	176	21.213
Aplicações em operações		
compromissadas - posição bancada	44.699	91.600
Aplicações em depósitos interfinanceiros	526.200	877.880
Total	571.075	990.693

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento superior a 3 meses.

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	342.466	336.532
Total	342.466	336.532

6. Outros créditos

(a) Créditos tributários - A natureza e a origem dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Contingências fiscais	750	749
Provisão de honorários advocatícios	748	736
Provisão para participações nos lucros	248	491
Outros	66	64
Total de créditos tributários - ativo	1.812	2.040

No período foi constituído crédito tributário de R\$ 203 (dezembro de 2019 - R\$ 508), tendo sido realizado R\$ 431 (dezembro de 2019 - R\$ 362) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 1.812 (dezembro de 2019 - R\$ 2.040) é estimada em 15% no 1º ano, 2% nos 2º e 3º anos, 4% nos 4º e 5º anos, 9% nos 6º e 7º anos, 17% nos 8º e 9º anos e 21% no 10º ano. Com base na Resolução nº 4.720, do CMN, e na Circular nº 3.959, do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.216 (dezembro de 2019 - R\$ 1.421). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em junho de 2020 e dezembro de 2019.

(b) Diversos - Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

	Depósitos Judiciais	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias	26.134	25.921
Total	26.134	25.921

7. Outras obrigações

(a) Outras obrigações fiscais - Referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 12.945 (dezembro de 2019 - R\$ 26.475).

(b) Negociação e intermediação de valores - Referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 471.635 (dezembro de 2019 - R\$ 896.803), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

(c) Diversas - Referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 1.469 (dezembro de 2019 - R\$ 1.932), despesas administrativas no valor de R\$ 1.935 (dezembro de 2019 - R\$ 1.890) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 1.326 (dezembro de 2019 - R\$ 1.012).

(d) Passivos contingentes e obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentados:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Fiscais e Previdenciárias - Obrigações Legais	25.311	25.104
Total	25.311	25.104

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias - Obrigações Legais	
	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	25.104	24.461
Despesas financeiras - juros	207	643
Saldo final	25.311	25.104

8. Imposto de renda e contribuição social: O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2020	Junho de 2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	40.637	52.732
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(16.255)	(21.093)
Despesas inadotadas/liquidas de receitas não tributáveis	(99)	(18)
Outros	35	40
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(64)	22
Total da despesa de IRPJ e CSLL no semestre	(16.319)	(21.071)

9. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois ou que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Jan-Jun/	
		2020	2019
Receitas de intermediação financeira		29.588	35.776
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		29.588	35.776
Resultado bruto de intermediação financeira		29.588	35.776
Outras receitas (despesas) operacionais		11.049	16.956
Receitas de prestação de serviços	12a	29.638	32.624
Despesas de pessoal		(4.486)	(4.211)
Despesas administrativas	12b	(11.419)	(10.067)
Despesas tributárias		(2.911)	(3.355)
Despesas com provisões	12c	(207)	(332)
Outros resultados operacionais		434	2.297
Resultado operacional		40.637	52.732
Resultado antes da tributação sobre o lucro		40.637	52.732
Imposto de renda e contribuição social	8	(16.319)	(21.071)
Provisão para imposto de renda		(10.044)	(13.088)
Provisão para contribuição social		(6.047)	(7.877)
Ativo fiscal diferido		(228)	(106)
Lucro líquido do período		24.318	31.661
Quantidade de ações	9	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do período - R\$		486,36	633,22

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	Jan-Jun/ 2020	Jan-Jun/ 2019
Lucro líquido do período	24.318	31.661
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado	-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente no período	24.318	31.661

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	Jan-Jun/ 2020	Jan-Jun/ 2019
Atividades operacionais	24.583	31.757
Lucro líquido ajustado	24.318	31.661
Lucro líquido do período	24.318	31.661
Ajuste ao lucro líquido:		
Ativo fiscal diferido	265	96
Atualização de depósitos judiciais	(213)	(386)
Despesas com provisões	207	332
Depreciações	43	44
Varição de ativos e obrigações	(444.201)	(328.703)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.934)	(327.384)
Redução em outros créditos	314	2.610
Redução/Aumento em outros valores e bens	16	(27)
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(408.976)	33.238
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.621)	(37.140)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(419.618)	(296.946)

Atividades de investimento

Alienação de outras imobilizações de uso

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel de Moraes e Silva Granja
Decio Ramos Porchat de Assis

Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Luiz Fernando Tanus Gambale
Marcelo Silveira Barbosa

Márcio Bonfiglioli

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADORA

Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de setembro de 2020.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6